"Ao infinito e além"... dos políticos!

Mauro Oliveira
mauro.oliveira@fortalnet.com.br

Professor

De repente, interrompi os dois no meio de *Toy Story* e pedi uma entrevista para o jornal. Segue parte da conversa com Francisco e Samuel, 12 anos, do jeito que eles falaram:

- Ah, se eu pudesse fazer uma mágica, todos teriam oportunidade de ser educados. Não é possível fazer nada sem uma boa educação.

- Se eu fosse presidente, eu melhoraria a educação porque ela é a base da pirâmide ... (humm, deleta essa pirâmide, tio) ... é a base da sociedade. Eu melhoraria a escola pública e ajudaria os pais a sustentar essas crianças."

- Se eu fosse dono de um jornal? Ah, eu divulgaria essas boas ideias ... e perguntaria o nome dos autores (risos).

- Eu desejo educar bem o meu filho para que ele se torne uma pessoa de bem!

Buzz, o astronauta de *Toy Story*, especularia: "Se as crianças pensam assim, imagine os adultos"! Mera ingenuidade de Buzz. Desconhece o amigo do *cowboy* Woody que os adultos esquecem rápido os sonhos de criança, principalmente quando se tornam políticos! Esquecem que o sonho do jovem é como pólvora: pode mofar, pode explodir, mas, se cuidado, pode ser o estopim de sua plenitude. Afinal, "a vida é a travessia de um rio; não vale a pena atravessá-la no porão do navio"!

É vergonhoso que a oitava economia do mundo conviva com a escola pública do pobre e a escola privada do rico. Né não, deputado? Então por que você não coloca o seu filho na escola pública como propôs o senador Cristovam Buarque (ideia do cearense Atilano Moura)?

"Ah, se eu pudesse fazer uma mágica...". Francisco e Samuel não pediram para si. Pediram oportunidade para todos. Um pedido digno do convés do navio a Netuno, à revelia do Capitão Gancho!

Uma escola que é reflexo da sociedade não serve a ela! Uma escola deve estar à frente da sociedade. Assim como Francisco Sampaio e Samuel da Ponte, 12 anos, estão à frente de nossos políticos. Mais que à frente! "Ao infinito e além"... né, Buzz?

ESCREVE MENSALMENTE

ARTIGOS

Praças sumindo

Adísia Sá
adisiasa@gmail.com

Jornalista

Meu artigo do dia 12 do corrente tratava das calçadas que sumiram. Hoje, falo nas praças que somem. Será que só eu estou vendo que as praças estão sumindo? A mais famosa, a mais visível, a Praça do Ferreira, está sumindo, engolida por quiosques, bancas, ambulantes, "vitrines" de todo tamanho e mercadorias.

As praças estão também sendo sufocadas pelos pregoeiros de rifas, loterias, bijuterias, roupas, discos... E por falar em discos, é ensurdecedor o som vindo das caixas de som, competindo entre si.

As praças de Fortaleza estão sumindo e não estou falando nas localizadas na periferia, não. Estou me referindo a todas elas. A Praça do Ferreira, no chamado "coração da cidade", está aos poucos se transformando num grande mercado a sol aberto.

Será que estou sendo retrógrada, superada, quadrada, falando em praça como bem comum, nosso, fortalezenses?

O grave neste quadro é a omissão da autoridade municipal, quem sabe, temerosa de contrariar os ambulantes, preciosos eleitores. Imperdoável o silêncio da Câmara Municipal, olhos e ouvidos da população, boquinha fechada nas comissões e no plenário.

Há quem esteja pensando e até dizendo ao vizinho: "Esta situação não é exclusiva de Fortaleza, não. Qualquer cidade do mundo tem ambulantes". Falam como se conhecessem "qualquer cidade do mundo"... civilizado. Não é verdade, qualquer cidade civilizada prima pela ordem, pelo zelo, pelo respeito ao bem público. Desculpem, mas eu já visitei muitas e muitas capitais e quanto mais civilizadas, mais educadas nas ruas, calçadas, metrôs, transporte coletivo.

As praças, como bem comum, são limpas, cuidadas, zeladas por todo e qualquer cidadão e esse procedimento é espelho para as novas gerações.

Eu tive a felicidade de estudar, quando criança/garota, em dois colégios que educavam: foi lá que aprendi a cuidar do uniforme, a ter os sapatos limpos, as unhas cortadas, os cabelos penteados e a ter horário para toda atividade, inclusive ida ao WC. Nos colégios 7 de Setembro e Imaculada Conceição, onde fiz do primário ao científico, aprendi a viver e a conviver, como dizia minha mãe, "como gente". São inesquecíveis ensinamentos ainda hoje norteadores de meu comportamento e, acredito, o mesmo testemunho devem dar todos aqueles que tiveram na escola diretrizes para a vida toda, completando, e às vezes superando, o que se recebeu na família.

Será que as escolas de hoje têm mesmo procedimento pedagógico? Será que as famílias também educam seus filhos, digo, à "moda antiga"? Pelas praças da cidade, sabe-se que tipo de família temos e que "modelo" de escola frequentamos.

ESCREVE ÀS TERÇAS

EDITORIAL

Justiça: razoabilidade, previsibilidade e comedimento

A decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, de ordenar a prisão de 12 condenados da AP 470, no feriado da Proclamação da República, não escapou à controvérsia política e jurídica que tem acompanhado esse processo desde o início.

Há um bordão segundo o qual "decisão da Justiça é para ser cumprida". Ele expressa uma das condições básicas para a existência da ordem jurídica democrática: o acatamento por todos das leis promulgadas legitimamente. Sem isso, a democracia desmoronaria.

Costuma-se adicionar a essa expressão, outra, bastante equivocada: "decisão da Justiça não pode ser discutida". Se assim fosse, estaria ferindo de morte outro fundamento da democracia: a liberdade de expressão. O correto é: cumpra-se a decisão da Justiça e discuta-a, depois, se a considerar injusta, incongruente, falha, ou incompatível com o próprio ordenamento jurídico que a legitima. Sabe-se que, entre o enunciado de um princípio e sua execução, há a mediação do homem, e esta é sujeita a equívocos e distorções. Nem mesmo a Corte Suprema está imune a isso, como reconhecem seus próprios membros.

Decisões judiciais atuarão como fatores de pacificação quanto mais forem efetivadas dentro de padrões processuais convencionais, previsíveis, transparentes e impessoais. Talvez, a controvérsia que tem acompanhado a AP 470 desde o início se deva - além das implicações políticas incontornáveis - ao fato de ter introduzido novas modulações, sejam processuais (como a recusa em desmembrar o processo), sejam doutrinárias (Teoria do Domínio do Fato) e por outras surpresas. Sem falar na surpreendente decisão de colocar uma quantidade enorme de réus sob foro privilegiado (pouquíssimos estavam obrigados a isso) com consequências inequívocas sobre os meios de defesa destes.

> **Há um bordão segundo o qual "decisão** da Justiça é para ser cumprida"

A última controvérsia [illegible], agora, com a aplicação de um novo critério de execução de pena e seu acionamento de forma inopinada, num dia de feriado, sem o detalhamento prévio de como aplicar o regime definido para cada um, sem falar no traslado inesperado dos réus a Brasília, criando situações humanas de risco para os portadores de graves males físicos, e os que tinham direito a regime não fechado desde o primeiro dia. Enfim, uma nova celeuma onde não seria preciso.

Comente nosso editorial: opiniao@opovo.com.br

CHARGE DO CLAYTON

Comente a charge: charge@opovo.com.br

Fala, cidadão

"Encontro Amoroso"
Mais uma vez Zenilce Vieira Bruno nos encanta com seu artigo Encontro Amoroso; articula com rara sensibilidade a trajetória de nosso viver diante desse tema imortal, ufanado onde o cotidiano e os meios de comunicação nos cercam de mundanos conceitos quanto ao achar de dois corações, destarte, o epílogo é o deslumbramento da nossa mitologia pessoal "não sejam nada e sejam tudo". Parabéns, Zenilce.
João B. Aguiar Neto. Por email, comentando o artigo da psicóloga Zenilce Vieira Bruno, publicado na edição do dia 13/11.

Condenados do Mensalão
Engraçado, agora todos estão com dores, mas, na hora de sangrar o erário público, estavam todos dispostos e saudáveis.
Luiz Jorge. Comentando no portal www.opovo.com.br

Patrimônio público
Como guarda municipal, eu sinto vergonha de não poder cumprir com o papel para o qual sou pago. Não posso proteger o patrimônio nem garantir a utilização desses aparelhos pelos cidadão contando apenas com a sorte e um bastão. O povo paga duas vezes e não se beneficia.
Esli Pompeu. Comentando no portal www.opovo.com.br

Terreno abandonado
Uma cidade que se propõe estimular o turismo não pode admitir que a Desembargador Moreira, defronte ao nº 3050, no outro lado da pista principal, corredor de entrada e saída da cidade, tenha um terreno completamente abandonado, sem muro e sem calçada, entulhado de todo tipo de lixo e de detritos, num claro acinte à limpeza pública e ao respeito à cidadania. Onde está a Prefeitura?
Fabrício Paraná Paes. Por email.

Acidentes com motos
Nada mais do que a consequência pela falta de respeito às normas de trânsito, imprudência e negligência. Diariamente presenciam-se motoqueiros cortando sinal fechado, andando na contramão, por cima das calçadas, sem capacete etc; dessa forma, o quê poderia-se esperar?
André Facundo. Comentando no portal Facebook O POVO

Combate ao racismo
Racismo é uma anomalia da natureza, quase que um processo mutacional e ela se manifesta em todas as raças, desde a branca, a asiática, os judeus e também os negros. Racismo nunca!
José Luciano Muniz Lima. Comentando no portal

As cartas deverão ter no máximo 15 linhas [illegible] **O POVO** se reserva o direito de selecioná-las para publicação.

ARTIGOS

Praças sumindo

Adisia Sá
adisiasa@gmail.com

Jornalista

Meu artigo do dia 12 do corrente tratava das calçadas que sumiram. Hoje, falo nas praças que somem. Será que só eu estou vendo que as praças estão sumindo? A mais famosa, a mais visível, a Praça do Ferreira, está sumindo, engolida por quiosques, bancas, ambulantes, "vitrines" de todo tamanho e mercadorias.

As praças estão também sendo sufocadas pelos pregoeiros de rifas, loterias, bijuterias, roupas, discos... E por falar em discos, é ensurdecedor o som vindo das caixas de som, competindo entre si.

As praças de Fortaleza estão sumindo e não estou falando nas localizadas na periferia, não. Estou me referindo a todas elas. A Praça do Ferreira, no chamado "coração da cidade", está aos poucos se transformando num grande mercado a sol aberto.

Será que estou sendo retrógrada, superada, quadrada, falando em praça como bem comum, nosso, fortalezenses?

O grave neste quadro é a omissão da autoridade municipal, quem sabe, temerosa de contrariar os ambulantes, preciosos eleitores. Imperdoável o silêncio da Câmara Municipal, olhos e ouvidos da população, boquinha fechada nas comissões e no plenário.

Há quem esteja pensando e até dizendo ao vizinho: "Esta situação não é exclusiva de Fortaleza, não. Qualquer cidade do mundo tem ambulantes". Falam como se conhecessem "qualquer cidade do mundo"... civilizado. Não é verdade, qualquer cidade civilizada prima pela ordem, pelo zelo, pelo respeito ao bem público. Desculpem, mas eu já visitei muitas e muitas capitais e quanto mais civilizadas, mais educadas nas ruas, calçadas, metrôs, transporte coletivo.

As praças, como bem comum, são limpas, cuidadas, zeladas por todo e qualquer cidadão e esse procedimento é espelho para as novas gerações.

Eu tive a felicidade de estudar, quando criança/garota, em dois colégios que educavam: foi lá que aprendi a cuidar do uniforme, a ter os sapatos limpos, as unhas cortadas, os cabelos penteados e a ter horário para toda atividade, inclusive ida ao WC. Nos colégios 7 de Setembro e Imaculada Conceição, onde fiz do primário ao científico, aprendi a viver e a conviver, como dizia minha mãe, "como gente". São inesquecíveis ensinamentos ainda hoje norteadores de meu comportamento e, acredito, o mesmo testemunho devem dar todos aqueles que tiveram na escola diretrizes para a vida toda, completando, e às vezes superando, o que se recebeu na família.

Será que as escolas de hoje têm mesmo procedimento pedagógico? Será que as famílias também educam seus filhos, digo, à "moda antiga"? Pelas praças da cidade, sabe-se que tipo de família temos e que "modelo" de escola frequentamos.

ESCREVE ÀS TERÇAS

"Ao infinito e além"... dos políticos!

Mauro Oliveira
mauro.oliveira@fortalnet.com.br

Professor

De repente, interrompi os dois no meio de Toy Story e pedi uma entrevista para o jornal. Segue parte da conversa com Francisco e Samuel, 12 anos, do jeito que eles falaram:

- Ah, se eu pudesse fazer uma mágica, todos teriam oportunidade de ser educados. Não é possível fazer nada sem uma boa educação.

- Se eu fosse presidente, eu melhoraria a educação porque ela é a base da pirâmide ... (humm, deleta essa pirâmide, tio) ... é a base da sociedade. Eu melhoraria a escola pública e ajudaria os pais a sustentar essas crianças."

- Se eu fosse dono de um jornal? Ah, eu divulgaria essas boas ideias ... e perguntaria o nome dos autores (risos).

- Eu desejo educar bem o meu filho para que ele se torne uma pessoa de bem!

Buzz, o astronauta de Toy Story, especularia: "Se as crianças pensam assim, imagine os adultos"! Mera ingenuidade de Buzz. Desconhece o amigo do cowboy Woody que os adultos esquecem rápido os sonhos de criança, principalmente quando se tornam políticos! Esquecem que o sonho do jovem é como pólvora: pode molar, pode explodir, mas, se cuidado, pode ser o estopim de sua plenitude. Afinal, "a vida é a travessia de um rio; não vale a pena atravessá-la no porão do navio"!

É vergonhoso que a oitava economia do mundo conviva com a escola pública do pobre e a escola privada do rico. Né não, deputado? Então por que você não coloca o seu filho na escola pública como propôs o senador Cristovam Buarque (ideia do cearense Adilano Moura)?

"Ah, se eu pudesse fazer uma mágica...". Francisco e Samuel não pediram para si. Pediram oportunidade para todos. Um pedido digno do convés do navio a Netuno, à revelia do Capitão Gancho!

Uma escola que é reflexo da sociedade não serve a ela! Uma escola deve estar à frente da sociedade. Assim como Francisco Sampaio e Samuel da Ponte, 12 anos, estão à frente de nossos políticos. Mais que à frente! "Ao infinito e além"... né, Buzz?

ESCREVE MENSALMENTE

Projeto de lei temerário

Guilherme Rodrigues

Procurador do Município de Fortaleza e presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM)

Causou surpresa a notícia veiculada neste jornal, na edição do último dia 7, na qual o Governo do Estado teria enviado projeto de lei criando Fundo de Controle Externo Municipal a ser formado pela execução de multas aplicadas contra gestores municipais.

O projeto mostra-se temerário tendo em vista que o posicionamento esposado pelo STF, no julgamento do RE 580943, é o de que o Estado-Membro não tem legitimidade para promover execução judicial para cobrança de multa imposta por Tribunal de Contas estadual à autoridade municipal, uma vez que a titularidade do crédito é do próprio ente prejudicado, a quem compete a cobrança, por meio de seus representantes.

Assim, as decisões das Cortes de Contas, que impõem condenações aos agentes públicos municipais, tendo eficácia de título executivo (art. 71, §3o, da CF), devem ter a sua cobrança ajuizada pelos procuradores municipais de carreira.

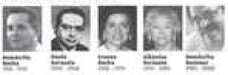
Daí extrai-se a importância das procuradorias municipais na cobrança e, inclusive, no incremento das receitas municipais, revelando-se primordial, nessa perspectiva, a existência de um corpo jurídico qualificado e independente, na medida em que só assim serão efetivados os princípios decorrentes do Estado de Direito na linha proposta por Bobbio, que traduz a necessária subordinação dos poderes públicos de qualquer grau às leis gerais do país, mas também a subordinação das leis ao limite material do reconhecimento de alguns direitos fundamentais considerados constitucionalmente.

Dessa forma, a organização da carreira de procurador municipal em todos os municípios do País representa a efetivação do Estado de Direito, qual seja aquele estado em que todos, sem exceção, devem atender ao quanto preceituado no ordenamento jurídico.

Conclui-se, nessa linha, a impossibilidade de sequer se aventar a construção de mecanismos para as contratações diretas e sem concurso para a defesa e representação do ente municipal, sem se afrontar a Constituição e as leis pátrias, ou malferir os princípios republicanos.

O POVO

GALERIA DE PRESIDENTES DO O POVO



ATENDIMENTO AO LEITOR E ASSINANTE: 3254 1010
CALLCENTERATENDIMENTO@OPOVO.COM.BR

SEDE EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S.A. - Av. Aguanambi, 282 · Joaquim Távora · CEP 60055-402 Fortaleza · CE · www.opovo.com.br